

Nota de apresentação do Dossier: Direito à Cidade (1968-2018)

Em Dezembro de 2018, o Grupo de Estudos Sócio-Territoriais Urbanos e de Ação Local do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (Gestual/CIAUD-FAUL), organizou o Seminário Direito à Cidade (1968-2018), comemorando o 10º aniversário da sua constituição enquanto grupo e os 50 anos da publicação da obra de referência de Henri Lefebvre - *Le Droit à la Ville*. Este evento foi desenvolvido no quadro do projeto *Africa Habitat, da sustentabilidade do habitat à qualidade do habitar nas margens urbanas de Luanda e Maputo*(IC&DT/FCT-AKDN/333121392/2018), coordenado por Isabel Raposo e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e pela *Aga Khan Development Network*.

A revisitação deste conceito norteador, em pleno contexto neoliberal, teve como objetivo analisar criticamente algumas estratégias, políticas e práticas sócio-espaciais em curso, a partir dos territórios abrangidos pelo projeto *Africa Habitat*, nomeadamente Angola e Moçambique, mas também do Brasil, Portugal e outros países europeus. Para o efeito, o direito à cidade foi primeiramente explorado teoricamente, abordando-se o tema do papel do ensino e da extensão académica na produção de outro(s) espaço(s), a Nova Geração de Políticas de Habitação em Portugal e, por fim, a importância e impactes da (des)marginalização do espaço público.

Os quatro artigos que integram esta publicação espelham esta reflexão em contextos histórico-geográficos diferentes, complementando outras visões sobre o mesmo tema apresentadas no número temático designado por *Políticas urbanas e produção de outros espaços na construção do direito à cidade*, que também co-editámos para a Revista *Finisterra* (LV(114)), publicada em Agosto de 2020.

Adriana Lima, através de uma metodologia hipotético-dedutiva, propõe uma reflexão teórica acerca do direito à cidade no artigo “A globali-

zação do m2: a disputa por um lugar na cidade”. A autora centra a sua reflexão nos diferentes discursos que se articulam à volta da disputa por um lugar na cidade destacando, por um lado, o papel do mercado imobiliário e da indústria turística e, por outro, o dos moradores e dos imigrantes. Analisa-se ainda o papel do Estado nesta disputa, com enfoque no caso de Lisboa (Portugal) e na comunidade brasileira aí residente.

João Martins, no seu artigo “Políticas e práticas de habitação em Marvila: passado, presente e (que?) futuro”, analisa as significativas transformações socioespaciais em curso nesta freguesia de Lisboa (Portugal), decorrentes da reutilização do seu património tangível em geral, desde o período pós-industrial, e dos vazios urbanos em particular. Neste contexto, é dada igualmente atenção ao papel dos cidadãos nestas transformações e abordam-se os conceitos de direito à cidade ‘verde’ e de gentrificação.

Marie Segonne explora o papel dos arquitetos e urbanistas na melhoria e qualificação dos meios urbanos mais desfavorecidos. No artigo “Arquitectos nos bairros autoproduzidos: renovar as práticas nas margens da cidade e à margem da profissão” é feita uma análise crítica e reflexiva de um leque de iniciativas urbanas desencadeadas em três realidades acompanhadas pela autora em França, pensando e refazendo o ato de projetar à luz do direito à cidade, numa perspectiva emancipatória.

Polyana Coelho e Raquel Gonçalves, refletem sobre o direito à cidade a partir da experiência das lutas populares por melhores condições de vida no distrito de António Pereira, em Minas Gerais (Brasil), no artigo “As vozes do lugar na pesquisa de campo: possibilidades de acolhimento e abordagem de narrativas”. Aqui, analisam-se os acontecimentos que versam a ocupação de espaços da cidade, a luta urbana e os momentos de desobediência civil que conduziram à construção da autonomia destes grupos

até então afastados da possibilidade de efetivarem o seu pleno direito à cidade.

Apesar do tempo transcorrido desde a realização do Seminário até esta publicação, consideramos que as reflexões presentes nestes artigos sobre a noção de direito à cidade permanecem relevantes e mais atuais do que nunca, dado o presente contexto de pandemia global.

Sílvia Jorge, Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (CIAUD/FA-UL)

Sílvia Viegas, Bolseira FCT (SFRH/BPD/118022/2016 - FSE/POCH), Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra (CES-UC)

Vanessa Melo, Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico, Departamento de Economia e Gestão da Universidade dos Açores (CEEApI-UA)

Joana Lages, Centro de Estudos sobre a Mudança Sócioeconómica e o Território do ISCTE (DINÂMIA-CET- IUL)

Fabiana Pavel, CIAUD/FA-UL e Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território, da Faculdade de Letras, Universidade do Porto (CEGOT-UP)

Murad Vaz, CIAUD/FA-UL, Universidade Federal da Fronteira Sul, DALE-UNILA.